

# O NÃO LUGAR DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO NOVO ENSINO MÉDIO DE MATO GROSSO DO SUL<sup>1</sup>

**MS. OTAVIO BONJIOVANNE LOURENÇO**

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Professor Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul – SED/MS

Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde – GPPPELES/UFMS

**DR. BRUNO MODESTO SILVESTRE**

Doutor em Educação Física pela Universidade de Campinas – UNICAMP

Professor da Universidade de Pernambuco – UPE

Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde – GPPPELES/UFMS

**MS. RODRIGO GONÇALVES DUARTE**

Mestre em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo – UNICID

Doutorando em Educação na Universidade

Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde – GPPPELES/UFMS

**DR. PHILIPPE ROCHA DE CAMARGO**

Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Paraná – UFPR

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Membro do Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva – UFPR

**DR. DIRCEU SANTOS SILVA**

Doutor em Educação Física pela Universidade de Campinas – UNICAMP

Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS

Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Esporte, Lazer, Educação e Saúde – GPPPELES/UFMS

---

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) -Código de Financiamento 001.

**Resumo** | O objetivo é analisar o impacto da Nova Lei do Ensino Médio no trabalho docente, especialmente na carga horária do componente curricular Educação Física. Trata-se de uma pesquisa de qualitativa, com coleta de dados em três etapas: revisão bibliográfica, análise documental e entrevista semiestruturada. Apesar do contexto de ampliação de horas da formação geral básica do NEM no MS, notou-se a redução de duas para uma aula semanal de Educação Física, o que gera um impacto negativo no acesso da cultura corporal. Conclui-se que o NEM reforça uma hierarquização curricular e uma formação fragmentada, focada na lógica de mercado.

**Palavras-chave** | Política Educacional; Educação Básica; Educação Física Escolar.

## THE NO PLACE OF PHYSICAL EDUCATION IN THE NEW HIGH SCHOOL OF MATO GROSSO DO SUL

**Abstract** | The objective is to analyze the impact of the New Secondary Education Law on teaching work, especially on the workload of the Physical Education curricular component. This is a qualitative research study, with data collection in three stages: bibliographic review, document analysis and semi-structured interview. Despite the context of increasing hours of basic general training at NEM in MS, a reduction from two to one weekly Physical Education class was noted, which generates a negative impact on access to knowledge of body culture. It is concluded that the NEM reinforces a curricular hierarchy and fragmented training, focused on market logic.

**Keywords** | Educational Policy; Basic Education. School Physical Education.

## EL NO LUGAR DE EDUCACIÓN FÍSICA EN LA NUEVA ESCUELA SECUNDARIA DE MATO GROSSO DO SUL

**Resumen** | El objetivo es analizar el impacto de la Nueva Ley de Educación Secundaria en el trabajo docente, especialmente en la carga horaria del componente curricular de Educación Física. Se trata de un estudio de investigación cualitativo, con recolección de datos en tres etapas: revisión bibliográfica, análisis documental y entrevista semiestruturada. A Pesar del contexto de aumento de horas de formación general básica en el NEM de MS, se observó una reducción de dos a una clase de Educación Física semanal, lo que genera un impacto negativo en el acceso al conocimiento de la cultura corporal. Se concluye que la NEM refuerza una jerarquía curricular y una formación fragmentada, enfocada en la lógica del mercado.

**Palabras clave** | Política Educativa; Educación Básica; Educación Física Escolar.

## INTRODUÇÃO

O novo ensino médio (NEM) foi aprovado, em 2016, após o golpe que depôs a presidenta Dilma. Alinhado ao conjunto de políticas neoliberais propostas pelo governo Temer, como a Emenda Constitucional 95 e a reforma trabalhista, o NEM se insere no conjunto das reformas educacionais relacionadas à educação integral, que busca instituir a política de escolas de ensino médio em tempo integral, alinhada aos princípios do mercado e do campo empresarial (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020; Duarte; Silva, 2023; Motta; Frigotto, 2017).

Proposto por meio da Medida Provisória n. 746/2016 (promulgada em Lei n. 13.415/2017), que alterou a LDB-1996, a reforma do NEM trouxe a obrigatoriedade de cada estado adequar os respectivos currículos a partir das áreas de conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Linguagens e suas tecnologias; Matemática e suas tecnologias; Ciências da natureza e suas tecnologias; Ciências humanas e sociais aplicadas (Brasil, 2018b). A Educação Física, ao seguir os parâmetros e diretrizes nacionais predecessores, foi inserida na área de “Linguagens e suas tecnologias” e foi compreendida na experimentação de práticas da cultura corporal de movimento (Lourenço; Duarte; Silva, 2024).

É importante ressaltar que a redação da Medida Provisória n. 746/2016 previa a Educação Física como componente curricular obrigatório apenas da educação infantil e no ensino fundamental. No entanto, após mobilizações do campo acadêmico e de entidades vinculadas à área, o componente continuou como conteúdo obrigatório de toda a educação básica (Brasil, 2016; 2017).

Isso não significa dizer que a Educação Física teve sua permanência em todos os anos da etapa do ensino médio. A partir do NEM e da aprovação da BNCC, apesar da proposta de educação em tempo integral e aumento da carga horária para 1400 horas, apenas Língua Portuguesa e Matemática foram mantidos como componentes curriculares obrigatórios. O NEM hierarquizou a Educação Física, Arte, Filosofia e Sociologia, com a possibilidade de seus conteúdos serem incluídos em outros com-

ponentes curriculares ou oferecidos via área do conhecimento (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2020; Brasil 2018).

Após a aprovação do NEM, foi definido um prazo de cinco anos para a sua implementação nas diferentes redes de ensino<sup>2</sup>. No que tange a carga horária, o ensino médio passou de 800 horas para 1.400 horas anuais (Brasil, 2017). Em relação à Educação Física, a carga horária do componente foi reduzida de 182 horas para 108 horas nos estados e Distrito Federal, o que impacta no acesso do conhecimento da cultura corporal dos escolares por todo o País (Beltrão; Taffarel; Teixeira, 2024).

Nesse contexto, surgiu o interesse em pesquisar a Educação Física na implementação do NEM em Mato Grosso do Sul (MS). A reforma no MS, que ficou sob responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SED-MS), foi influenciada por dois acontecimentos importantes: a criação de um grupo de trabalho para a construção do Currículo de Referência; e a adesão ao Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio (ProNem), do Ministério da Educação (Lopes, 2021).

A partir da presente discussão, a reflexão central do artigo gira em torno da seguinte questão: como ficou a carga horária da Educação Física após a implementação do NEM no MS? O objetivo é analisar o impacto da Nova Lei do Ensino Médio no trabalho docente, especialmente na carga horária do componente curricular Educação Física.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, justificada pela possibilidade de interpretar os significados sobre o objeto investigado. Segundo Minayo (1994), esse tipo de pesquisa busca entender os fenômenos sociais. O recorte temporal envolve a proposição da Medida Provisória n. 746, de 22 de setembro de 2016 até dezembro de 2023.

---

2. Cabe dizer que, após a escrita deste artigo, em 31 de julho de 2024, foi sancionada a Lei nº 14.945, que reestruturou o NEM. A partir de 2025 o NEM terá 2400 horas para a formação geral básica e 600 horas para os itinerários formativos (Brasil, 2024).

A coleta de dados aconteceu em três etapas: 1. Pesquisa bibliográfica; 2. Pesquisa documental; 3. Entrevista semiestruturada, realizada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), número do parecer: 6.075.365. Foram entrevistados nove professores de Educação Física que atuavam na REE, em Campo Grande. Os critérios de seleção dos professores foram: atuar em escolas de tempo integral no ensino médio e ter formação inicial Educação Física, conforme Figura 2. Foi utilizado a sigla P como forma de preservar suas identidades.

**Figura 2** – Caracterização dos sujeitos entrevistados

Professor	Sexo	Tempo de Atuação no EM	Atuação
P1	Masculino	2 anos	Professor, em todos os anos do EM, ministra aulas de Educação Física
P2	Masculino	4 anos	Professor, em todos os anos do EM, ministra aulas de Educação Física, Projeto de Vida e Unidade Curricular .
P3	Feminino	1 ano	Professora, em todos os anos do EM, ministra aulas de Educação Física, Projeto de Vida e Unidade Curricular .
P4	Masculino	10 anos	Professor, em todos os anos do EM, ministra aulas de Educação Física e Projeto de Vida.
P5	Masculino	6 meses	Professor, somente no 1º ano do EM, ministra aulas de Educação Física.
P6	Feminino	3 anos	Professora, em todos os anos do EM, ministra aulas de Educação Física e Unidade Curricular.
P7	Feminino	1 ano	Professora, em todos os anos do EM, ministra aulas de Educação Física e Projeto de Vida.
P8	Masculino	2 anos	Professor, em todos os anos do EM, ministra aulas de Educação Física e Unidade Curricular.
P9	Masculino	28 anos	Atuou durante 11 anos como professor de Educação Física no EM, está a 17 anos atuando como Diretor Escolar.

**Fonte:** Dados dos autores

Utilizou-se da análise interpretativa para articular as falas dos participantes com as discussões teóricas pertinentes à temática, considerando

que: “o ser que compreende, compreende na ação e na linguagem e ambas têm como características serem conflituosas e contraditórias pelos efeitos do poder, das relações sociais de produção, das desigualdades sociais e dos interesses” (Minayo, 2012, p. 623). Dessa forma, foi estabelecida apenas uma categoria de análise sobre a “carga horária do componente curricular da Educação Física no NEM-MS”, a partir dos dados documentais e entrevistas, conforme será discutido nas próximas seções.

## **O PERCURSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NEM EM MS**

A REE possui 308 escolas (65 em Campo Grande) que ofertam o ensino médio de três formas: 1. Regular (parcial de 25h/a no noturno ou 30h/a no matutino ou vespertino) e o Integral (35h/a); 2. Correção de Fluxo; 3. Ensino Profissional (Mato Grosso do Sul, 2021).

A REE foi pioneira na implementação do NEM. Dois meses após a MP n. 746/2016, foi iniciado o Programa de Educação em Tempo Integral (Programa Escola da Autoria), instituído pela Lei n. 4.973/2016, para cumprir a meta 6 do Plano Estadual de Educação (PEE-MS 2014-2024). O Programa Escola da Autoria surgiu com o objetivo de aumentar as matrículas da educação em tempo integral no estado de MS (Peixoto; Magalhães, 2020).

Em 2017, 12 escolas implementaram o currículo construído pelo Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE) do Programa Escola da Autoria. A proposta de matriz curricular para formação geral básica (FGB) para o ensino médio em tempo integral pode ser observado na Figura 3

**Figura 3 - Matriz Curricular do Ensino Médio em Tempo Integral 2017**

Ano: a partir de 2017

Turno: diurno

Semana letiva: 5(cinco) dias

Duração da aula: 50(cinquenta) minutos

Amparo Legal Lei Nº 9.394/96 e Resolução CNE/CEB Nº 02/2012	BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	Áreas de Conhecimento	Componentes Curriculares	Aulas Semanais por área e ano			Total de aulas Semanais por área	Aulas Anuais			Aulas Anuais Totais
				1º	2º	3º		1º	2º	3º	
		PARTE DIVERSIFICADA									
	Linguagens	Língua Portuguesa	06	06	06	18	240	240	240	720	
		Arte	01	01	01	03	40	40	40	120	
		Língua Estrangeira Moderna Inglês	02	02	02	06	80	80	80	240	
		Língua Estrangeira Moderna Espanhol	02	02	02	06	80	80	80	240	
		Educação Física	02	02	02	06	80	80	80	240	
	Matemática	Matemática	06	06	06	18	240	240	240	720	
		Física	03	03	03	09	120	120	120	360	
	Ciências da Natureza	Química	03	03	03	09	120	120	120	360	
		Biologia	03	03	03	09	120	120	120	360	
		História	02	02	02	06	80	80	80	240	
	Ciências Humanas	Geografia	02	02	02	06	80	80	80	240	
		Sociologia	01	01	01	03	40	40	40	120	
		Filosofia	01	01	01	03	40	40	40	120	
		Subtotal BNC	34	34	34	102	1360	1360	1360	4080	
	ATIVIDADES INTEGRADORAS	Projeto de Vida	02	02	00	04	80	80	00	160	
		Estudo Orientado	03	03	03	09	120	120	120	360	
		Avaliação Semanal	02	02	02	06	80	80	80	240	
		Pós Médio	00	00	02	02	00	00	80	80	
		Práticas Laboratoriais	02	02	02	06	80	80	80	240	
Eletivas		02	02	02	06	80	80	80	240		
Subtotal PD		11	11	11	33	440	440	440	1320		
Total Geral em Aulas			45	45	45	135	1800	1800	1800	5400	
Total em horas			38	38	38	113	1500	1500	1500	4500	

Duração do ano letivo: 200(duzentos) dias

Fonte: Mato Grosso do Sul (2016).

Entre 2018 e 2019, o Programa foi expandido de 17 para 25 escolas. Nesse período, já era possível observar o alinhamento com as políticas neoliberais do setor empresarial na educação, a exemplo do Projeto Pedagógico do Programa Escola da Autoria, que era gerido pelo ICE, instituto presidido por Marcos Antônio Magalhães, um dos membros fundadores do movimento “Todos Pela Educação”. Característica reforçada, em 2018, quando foi firmado um acordo com o Instituto Ayrton Senna (Lino, 2023).

A implementação do NEM no MS ocorreu oficialmente, em 2019, quando a SED/MS aderiu ao ProNem (Lopes, 2021), mas a política no estado continuou com intitulada Programa Escola da Autoria. Em 2021, foram diversas ações que marcaram a implementação do NEM no es-

tado: a) a SED/MS anunciou o Plano de Implementação do NEM a ser executado, em 2022, com o Catálogo de Unidades Curriculares com os Itinerários Formativos (Mato Grosso do Sul, 2021); b) foi divulgada a “Proposta Pedagógica da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul para a Implementação do Novo Ensino Médio”, com experiências das escolas piloto; c) foi lançado o currículo de referência de MS (Parecer CEE/MS nº 004/2021) (Lopes, 2021; Pires; Osório, 2023).

A proposta do NEM de MS reduziu a carga horária de diversos componentes curriculares. De acordo com Lopes (2021), essa redução dos componentes da FGB ocorreria por conta da ampliação de outras possibilidades, já que a proposta previa a criação dos itinerários propedêuticos, que passariam a aprofundar as áreas do conhecimento no currículo de referência. Nessa perspectiva, a flexibilização curricular foi dividida em três componentes: eletivas, projeto de vida e aprofundamentos ou campos do conhecimento com relação à formação técnica profissional (Hilário; Ziliani, 2023).

Foi nesse contexto que a SED/MS propôs uma nova matriz curricular, conforme Figura 4, para o Programa Escola da Autoria. Tal matriz foi implementada em MS a partir do ano de 2023.

Figura 4 - Matriz curricular 2023

Ano: a partir de 2023  
Turno: diurno  
Semana Letiva: cinco dias  
Duração da aula: 50 (cinquenta) minutos  
Duração do ano letivo: 200 (duzentos) dias

FORMAÇÃO GERAL BÁSICA					
Áreas de Conhecimento e suas Tecnologias	Composição Curricular	Unidades Curriculares	1º Ano	2º Ano	3º Ano
			AP	AP	AP
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	Matemática	3	3	2
Linguagens e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	3	3	2
	Linguagens	Arte	1	1	1
		Educação Física	1	1	1
		Língua Inglesa	1	1	1
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Ciências da Natureza	Biologia	2	1	2
		Física	1	2	2
		Química	2	2	1
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia	1	1	1
		Geografia	1	1	2
		História	1	1	2
		Sociologia	1	1	1
Total de carga horária da Formação Geral Básica	Semanal em horas-aulas		18	18	18
	Anual em horas-aulas		720	720	720
	Anual em horas-aulas		600	600	600
	Anual em horas		1800		

Fonte: Mato Grosso do Sul (2022).

A análise dos últimos dois currículos do estado do MS (Figuras 1 e 2) demonstra que, a partir da implementação do NEM, houve redução das aulas e da carga horária da Educação Física. Nesse sentido, a matriz curricular passou a prever apenas uma aula semanal. Isto posto, a próxima seção enfatiza a percepção dos professores de Educação Física sobre essa nova distribuição de carga horária.

## PERCEÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A CARGA HORÁRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO NEM DE MS

Os professores demonstraram insatisfação com a redução da carga horária com a ampliação dos itinerários formativos e com a predefinição do conteúdo preconizada pela BNCC, que restringe a liberdade de cátedra, pois a SED-MS disponibiliza para os professores conteúdos engessados

para as Unidades Curriculares (UCs), o que não permite ao professor usar da discricionariedade no momento de ensinar. Os professores entrevistados elencaram uma série de críticas ao NEM, conforme primeiro trecho de entrevista:

Principalmente para o ensino médio, eu acredito que a Educação Física ideal seria com a carga horária maior, onde os alunos pudessem experimentar as diversas possibilidades de práticas corporais. [...] o conteúdo é predefinido pelo estado, por exemplo, eu poderia trabalhar só luta e dança. Eu trabalho ela de forma semestral, diferente da base, que é bimestral, então na base, eu tenho uma aula de Educação Física e nos itinerários formativos eu tenho seis meses de um mesmo conteúdo (P1).

De todas as críticas realizadas pelos professores, foi possível notar uma grande insatisfação relacionada à redução da carga horária de componentes curriculares considerados fundamentais, que foram substituídos pelos itinerários formativos, como evidenciado nos depoimentos abaixo:

[...] algumas horas aulas que foram tiradas de algumas disciplinas, eu acho que também impacta negativamente [...]. Se você for ver, Filosofia, Sociologia, História, Geografia, Educação Física, uma hora aula por semana no Ensino Médio integral. Ah, mas aí o aluno pode ter História na eletiva, mas os nossos vestibulares não são assim. Será que com uma hora aula de História, Geografia, Educação Física, Filosofia, Sociologia, dentre outras, por semana, esse aluno vai conseguir passar numa prova de vestibular? Um aluno da educação pública, vai competir em que nível de igualdade com um aluno da rede particular? (P2).

Para Hilário e Zilani (2023), a redução da carga horária em diferentes componentes curriculares impacta negativamente o processo de escolarização, o que limita a criatividade dos estudantes e enfatiza uma formação voltada para o mercado. Não se trata de um movimento isolado, mas um processo generalizado por todas as unidades da federação, como discutido por Molina Neto (2023) sobre a redução das aulas e da carga horária da Educação Física no Rio Grande do Sul. Além disso, Molina Neto (2023) e Maldonado (2024) alertaram para possível extinção progressiva da Educação Física na matriz curricular do NEM.

Uma crítica similar é apresentada por P3, que se opõe à redução de carga horária nos diversos componentes curriculares, argumentan-

do que o estado de MS não deveria “[...] tirar um monte de conteúdo, muita carga horária de disciplina que precisa”. O P4 relatou que o NEM dificultou a sua atuação, nas quarenta horas aulas: “[...] cinco de Projeto de Vida, 11 de Educação Física e 20 horas na coordenação”. O P5, por sua vez, reportou a insatisfação com a redução da carga horária para 50 minutos: “[...] você ainda tem que fazer chamada, tem organização de sala no começo e no final, tem as datas de provas, as datas de atividades, os feriados. Então, fica muito tema para você trabalhar em pouco tempo”. P6, o P7 e o P8 reforçaram a insatisfação com a redução da carga horária:

[...] uma Educação Física ideal, pra começar, pra ser ideal, principalmente para escola de tempo integral, seria mudar essa carga horária [...] é vergonhoso você ter uma hora aula por semana de Educação Física (P6).

[...] uma aula por semana a gente não consegue trabalhar de uma forma significativa com os alunos, não conseguimos progredir (P7).

[...] a gente tinha uma carga horária bem maior, a nossa Educação Física se eu não me engano eram duas ou três aulas por semana (P8).

O P9 complementa o debate dos colegas ao explicar como é feita a lotação de professores e a maneira pela qual o Projeto de Vida é trabalhado em sua escola, uma disciplina frequentemente ministrada por muitos professores de Educação Física.

A maior dificuldade nossa foi fazer a lotação dos nossos professores, essa foi a dificuldade. Por quê? Porque você tinha que implantar o professor às vezes em dois. No itinerário, ele não podia pegar porque já pegou isso aqui. Aí você tem que lançar ele pra cá. Aí você tinha que trabalhar ele aqui. Aí você tinha que ver se tem o perfil (P9).

Assim como as demais redes de ensino, a de MS incorporou o Projeto de Vida como componente curricular, conforme proposto pela BNCC (Hilário; Ziliani, 2023). Decorre que a limitação dos itinerários e o esvaziamento do trabalho docente conformam uma amálgama de precarização da educação em larga escala.

Nesse sentido, Perboni e Lopes (2022) destacam que, desde a implementação nas escolas piloto, o NEM em MS sofreu com a ausência de professores com formação para atuar nos novos componentes e

itinerários formativos. O fato é que os interesses neoliberais têm prevalecido na educação, com forte influência dos reformadores empresariais da educação (Freitas, 2012). Tal processo neoliberal é materializado na implementação do NEM em MS por meio da hierarquização/redução de componentes curriculares e da influência de instituições que representam o setor empresarial da educação. O NEM gera a individualização curricular com base em habilidades e competências voltado à lógica de mercado e a redução da Educação Física e a limitação de acesso à cultural corporal do movimento são indícios neoliberais. Os resultados alcançados demonstram relação direta com o que foi achado na produção científica, conforme discussão realizada no artigo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este artigo atingiu o objetivo de analisar o impacto da Nova Lei do Ensino Médio no trabalho docente, especialmente na carga horária do componente curricular Educação Física. Para isso, conclui-se que a redução de carga horária na Educação Física corresponde a um problema significativo, pois impede o trabalho de forma aprofundada dos conteúdos da cultura corporal de movimento, seguido da retirada da autonomia dos docentes.

Os professores apontaram unanimemente que essa redução visava valorizar os itinerários formativos em detrimento dos conteúdos abordados na FGB. Os resultados demonstram que a redução da carga horária na FGB ocorreu para viabilizar espaço aos itinerários formativos, o que impacta na quantidade semanal de aulas de Educação Física durante os três anos do ensino médio.

A falta de alinhamento e liberdade de criação nos itinerários formativos é uma crítica recorrente tanto na literatura pertinente e entre os professores. Esses itinerários apresentam temáticas predefinidas que limitam e esvaziam o trabalho docente. Por fim, é preciso salientar que o NEM é uma política promulgada sem participação popular, alinhada às instituições empresariais da educação, inserida em um conjunto de retro-

cessos políticos, implementados desde 2016, com o objetivo de incorporar às escolas de ensino médio integral aos preceitos da lógica de mercado.

## REFERÊNCIAS

BELTRÃO, J. A.; TEIXEIRA, D. R.; TAFFAREL, C. N. Z. A Educação Física no novo ensino médio: implicações e tendências promovidas pela reforma e pela BNCC. **Práxis Educacional**, v. 16, n. 43, 2020.

BELTRÃO, J. A.; TEIXEIRA, D. R.; TAFFAREL, C. N. Z. A supressão da Educação Física nas matrizes curriculares do novo Ensino Médio. **Revista Ponto de Vista**, v. 13, n. 2, 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é Base. MEC: Brasília, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. **Portaria nº 521, de 13 de julho de 2021**. Institui o Cronograma de Implementação do Novo Ensino Médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF, 2024.

DUARTE, R. C.; DERISSO, J. L. A reforma neoliberal do ensino médio e a gradual descaracterização da escola. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 2, 2017.

DUARTE, R. G.; SILVA, D. S. A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais. **Revista Cocar**, v. 19, n. 37, 2023.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, 2012.

HILÁRIO, W. F. A.; ZILIANI, R. L. M. Trabalho e Projeto de Vida no Novo Ensino Médio em Mato Grosso do Sul: discursos e modos de subjetivação juvenil. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 30, p. e14378, 2023.

LINO, V. M. **A Escola de Tanto ser Vista, Ninguém Vê**: a partir das narrativas dos professores de Projeto de vida. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, MS, 2023.

LOPES, M. L. **Reforma do ensino médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul**: materialização da Lei N. 13.415/2017 nas escolas-piloto do município de Dourados-MS. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2021.

LOURENÇO, O. B.; DUARTE, R. G.; SILVA, D. S. A percepção dos professores de Educação Física sobre a política do novo Ensino Médio na rede estadual de ensino de Mato Grosso do Sul. **Revista Ponto de Vista**, v. 13, n. 2, p. 01–22, 2024.

MOLINA NETO, V. Menos Educação Física, menos formação humana, menos educação integral. **Movimento**, v. 29, p. 1-16, 2023.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução/SED n. 3182, de 29 de dezembro de 2016**. SED/MS, 2016.

MATO GROSSO DO SUL. **Proposta Pedagógica da Rede Estadual de Ensino de Mato Grosso do Sul para implementação do Novo Ensino Médio**. SED/MS, 2020.

MATO GROSSO DO SUL. **Plano de Implementação do Novo Ensino Médio**. REE/MS, 2021.

MATO GROSSO DO SUL. **Resolução/SED n. 4.115, de 14 de dezembro de 2022**, SED/MS, 2022.

MALDONADO, D. T. Efeitos da Reforma do Ensino Médio nas aulas de Educação Física nos Estados Brasileiros. **Revista Brasileira de Educação Física Escolar**, v. 3, 2024.

MINAYO, M. C. (Org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 3, 2012.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (LEI Nº 13.415/2017). **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, 2017.

PERBONI, F.; LOPES, M. L. Reforma do ensino médio no Mato Grosso do Sul. **Retratos da Escola**, v. 16, n. 35, p. 377–397, 2022.

PEIXOTO, R.; MAGALHÃES, O. R. Escola integral de tempo integral no Estado de Mato Grosso do Sul: reflexões sobre sua constituição e os desafios da política educacional. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, v. 24, n. 2, 2020.

PIRES, M. C.; OSÓRIO, A. C. N. Perspectivas e desafios da Reforma do Ensino Médio – Lei 13.415/2017: problematizações a partir das etapas preparatórias para a Conferência Nacional Popular de Educação (CONAPE-2022). **Olhar de Professor**, v. 26, 2023.

Recebido em: 02/07/2024

Aprovado em: 31/10/2024

Contato: otaviobonjiovanne@gmail.com